



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### SENTENÇA

Processo nº: **1007417-79.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor**  
 Requerente: **Rogério Braga Serra Negra e outro**

Juiz de Direito: **Caio Cesar Melluso**

Vistos.

Trata-se de pedido de alvará para levantamento de quantia existente em conta poupança em nome de Ruy Conceição Serra Negra, falecido em 21 de setembro de 2014.

Os requerentes alegam são filho e esposa do falecido, porém único herdeiro e viúva-meeira, sendo maiores e capazes.

Alegam, em síntese, que em razão da inexistência de menores ou incapazes como herdeiros, procuraram pelo cartório de Registro Civil do Distrito de Água Vermelha e efetuaram todo o procedimento para a expedição do formal de partilha. Portanto, para que fosse lavrada a escritura pública do inventário, necessário se faz o recolhimento dos impostos relativos ao ITCMD, tendo o cartório expedido ofício ao banco para liberação dos valores existentes em nome do falecido, tendo o mesmo se recusado, alegando a necessidade de alvará judicial.

É o relatório.

DECIDO.

Os autores são partes legítimas e estão bem representado.

Comprovam nos autos a abertura de inventário, através de cartório extrajudicial.

A quantia que se pretende o levantamento junto ao Banco Itaú, agência 0484, conta poupança nº 06941-4, com saldo de R\$ 111.123,77, foi devidamente declarada no procedimento de inventário, na forma de Escritura Pública, conforme documento de fls. 08/20, mais precisamente às fls. 16.

Assim, acolho o pedido, **AUTORIZANDO** o levantamento da quantia existente na conta poupança nº 06941-4, agência 0484, do Banco Itaú, em nome do falecido Ruy Conceição Serra Negra, com seus respectivos acréscimos, encerrando-a, ficando referido levantamento vinculado ao imediato recolhimento do imposto representado pela guia GARE-ITCMD, constantes de fls. 28/29, podendo o inventariante, se necessário, apresentar guia correspondente, devidamente atualizada, o que deverá ser observado pela Instituição Financeira.

Julgo extinta a ação, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Custas pela parte autora, observando-se os valores já recolhidos e sem condenação em honorários de sucumbência em razão do caráter voluntário da ação.

Expeça-se o alvará necessário, preenchendo todos os requisitos legais e formais, em nome do inventariante Rogério Braga Serra Negra, devidamente qualificado na inicial, e com prazo de 180 dias.

Ausente qualquer interesse recursal (art. 1000 do CPC), **fica anotado o trânsito em julgado** na data da prolação desta sentença, **dispensando-se o Cartório de emitir certidão.**

Após, o recolhimento do Imposto, os requerentes deverá carrear aos presentes autos cópia



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
2ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

da guia, comprovando-se assim o pagamento.

Decorridos 30 dias após a expedição do alvará, nada sendo requerido, arquivem-se os autos, dando-se baixa no sistema.

**P.I.C.**

São Carlos, 13 de julho de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**